

REVISTA DO CAAP

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO
CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA



CAAP
FUNDADO EM 1908

Rev. do CAAP

Belo Horizonte

Ano VII

N. 11

P. 1-424

2004

R454

Revista do CAAP

Ano VII n. 11 - Nova Fase

(2004) - Belo Horizonte: Centro Acadêmico Afonso Pena /
Faculdade de Direito da UFMG

Periodicidade: semestral

I - Direito - Periódicos - Centro Acadêmico Afonso Pena - Faculdade
de Direito da UFMG

CDU 34 (05)

CDU 340.05

Enviamos em permuta

Enviamos en canje

Nous envoyons en échange

Inviemo in cambio

We send you in exchange

Wir senden in tausch

CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA

Faculdade de Direito da UFMG

Av. João Pinheiro, 100 - Centro - CEP: 30.170-000

Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

Projeto Gráfico:

Dilex Editoração Ltda - Tel.: (031) 3373-4915

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas
são da responsabilidade dos respectivos autores

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

ISSN 1415-0344

CAAP 2004 – Gestão Refazenda

Alie Magna de Marçall e Silva
Ana Carolina Estrela Corrêa
Ana Carolina Rauen
Ana Paula Amaral Corrêa
Anderson Novais
André Dechichi Grossi
André Eugênio
André Vicente Lino de Souza
Andréia Magna de Marçall e Silva
Bernardo Mucida
Bernardo Vassale
Carlos Omildo dos Santos Colombo
Caroline Duarte
Clarice de Oliveira Borges Ferreira
Daniel Mendes Ribeiro
Daniela Palhares Turdhetti
Décio de Abreu e Silva Júnior
Eliana Priscila Azevedo
Eliane Aparecida Resende
Elisa Almeida
Eloy Henrique
Emílio Moura Leite da Silveira
Fabrício Cunha Araújo
Fabrício Araújo Prado
Felipe José Ansaloni Barbosa
Fernanda Coutinho
Fernanda Liliane Marugueiro
Francielle Evelyn Mendes Gomes
Graciane Rafisa Saliba
Graciela de Matos Gonçalves
Guilherme Carvalhais Cunha Melo
Gustavo Fontenelle de Carvalho
Henrique Carvalhais da Cunha Melo
Henrique Castro de Andrade
Iara Pereira
Isabella Goulart
João Paulo Fulgêncio
Juliana Brina Corrêa Lima Carvalho
Juliana Ferreira Inhan
Júlio Cezar Mourão Almeida
Leandro Pacifico S. Oliveira
Leonardo Amaral Castro
Leonardo Araújo Oliveira
Leonardo Augusto Cabral
Lucina Neves Maciel
Lucas Ávila Guimarães
Luciano Gariglio Cezar
Lucio Queiroz Delfino
Luiz Felipe Mata Machado Silva
Luiza Casassanta
Marcela Turani Palhares
Mariana Bretas Abreu
Mariana Lapertosa Drumond
Mateus Fernandes Vilela Lima
Matheus Botelho e Silva
Matheus Pedrosa Reis
Mila Batista Leite Corrêa da Costa
Milton Renault Machado
Natália Bium de Aguiar
Nayron Sousa Russo
Pablo Arturo Moraes Arana
Paula Noce Cerqueira Lopes Cançado
Pedro Pimenta Bossi
Rafael Fonseca Drumond
Renan Araújo e Freitas
Renato Dolabella Melo
Renato Marinho
Roberto Corrêa de Camargo
Roberto Magalhães Penna Neto
Ronney Bruno dos Santos Reis
Samira Lana Seabra
Simone Castro Feres de Melo
Tatiana Cordeiro Guimarães
Túlio Frutuoso Chavier
Vanessa Ferreira do Val D.
Marconi Spinola Nazareth

**REVISTA DO CAAP
CONSELHO EDITORIAL**

(em ordem alfabética)

PROF. ALBERTINO DANIEL DE MELO

PROF. AROLDO PLÍNIO GONÇALVES

PROF. ARTHUR JOSÉ DE ALMEIDA DINIZ

PROF. CARLOS AUGUSTO CANÊDO CONÇALVES DA SILVA

PROFA. ELZA MARIA MIRANDA AFONSO

PROF. HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

PROF. JAIR LEONARDO LOPES

PROF. JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO

PROFA. MIRACY BARBOSA DE SOUZA GUSTIN

PROFA. MISABEL DE ABREU MACHADO DERZI

PROF. OSIRIS ROCHA

PROF. OSMAR BRINA CORRÊA LIMA

PROF. PAULO NEVES DE CARVALHO

PROF. RAUL MACHADO HORTA

PROFA. SACHA CALMON NAVARRO COELHO

PROFA. SHEILA JORGE SELIM DE SALES

PROFA. VANESSA OLIVEIRA BATISTA

PROF. WASHINGTON PELUSO ALBINO DE SOUZA

Observação:

Os artigos presentes nesta revista foram selecionados e aprovados no ano de 2002 durante a Gestão Inovação.

Apresentação

Esta última edição da *Revista do CAAP* chega para dar continuidade a uma das fases mais importantes da pesquisa científica, qual seja, sua publicação. Senão, de que nos adiantaria empenhar tempo na construção teórica de um tema se não nos valermos dela para tentar promover o debate necessário ao avanço intelectual? E a *Revista do CAAP* tem este objetivo: publicizar o que aqui dentro desta Casa se constrói de ciência, de ciência jurídica. Do lado daqueles que publicam seu texto, lançá-lo ao olhar público não poderia ser mais gratificante. Marca-se um passo, encerra-se um ciclo de turbilhão de idéias e constrangimentos, e estamos prontos para o passo seguinte (porque terminar um texto e publicá-lo é também esquecê-lo). Para quem o escreve, o texto representa, outrossim, um momento de grande aprendizagem: concretiza-se, no ato da escrita, o esforço da criação de algo que se pretende científico, ordenado e coerente. Mas não só isso. O impulso de entender aspectos deste mundo carente, *a priori*, de sentido vem apontar para a necessidade de nos entendermos como coletividade.

Há um grande debate em torno da possibilidade de ser feita pesquisa no campo do Direito. Pesquisa simplesmente bibliográfica já se faz há muito. Não querendo tirar o mérito deste tipo de pesquisa, pois ela é importante, faz parte do processo de construção de conhecimento, mas, estritamente bibliográfica, como é o mais comum dentro do Direito, faz perder o grande potencial que o Direito pode oferecer. Faz-se necessário, assim, defendermos outra pesquisa jurídica. E é justamente o que se deve construir. Uma ciência jurídica que seja o reflexo de uma ciência transformadora, que não se restrinja ao que é possível, mas que sonha em tornar possível o impossível. E isso implica considerar o Direito como emergente de uma realidade social ampla e complexa e, ao mesmo tempo, constatar e admitir

o óbvio: que o Direito não é uma realidade em si mesma, mas historicamente determinada, pois feita pelos homens, também historicamente determinados. Ora, para que a ciência do Direito possa representar algo mais do que mero instrumento de legitimação do Direito estabelecido, preciso é que conservemos nossa veia crítica, atentos ao fato de que o direito dogmático de hoje é uma solução antes de tudo *contingente*, e não necessariamente a mais *racional e adequada*. Para tanto, aproximar a opção técnico-científica dos *conflitos sociais subjacentes* parece ser um caminho valioso, potencialmente capaz de apontar e deflagrar as contradições e injustiças ocultas em um Direito que se apresenta regularmente elaborado, validamente posto e tecnicamente vigente.

Principalmente numa época em que se vê a universidade pública sendo amplamente discutida, seja para defendê-la na sua primordial tarefa, qual seja, formar cidadãos críticos capazes de pensar o mundo à sua volta e transformá-lo, seja para demovê-la desse seu papel e inseri-la numa prática perversa, aliada a interesses estranhos ao desenvolvimento dos povos, cabe com a maior justeza, a defesa da pesquisa científica nas instituições federais de ensino superior. A publicação é necessária e fundamental, mas o estímulo a todo o processo é imprescindível, principalmente na busca de uma conjugação perfeita entre ensino, pesquisa e extensão. De acordo com suas especificidades, mas um influenciando o outro, num processo constante de intercâmbio e mudança, que avance, porém. A luta por maiores recursos para a pesquisa científica é o pontapé inicial, e somente será alcançado pela pressão social que nós, principalmente, levarmos a cabo, juntamente com o restante da sociedade.

Como se percebe, a questão é mais profunda do que se imagina e envolve questões que implicam uma nova perspectiva do Direito. Um Direito que, dentro das contradições inerentes à sociedade que vivemos, forje novos meios e expressões jurídicas, fruto da dinâmica histórica de cada povo. É a proposta que lançamos e que pretendemos construir.

Centro Acadêmico Afonso Pena



Sumário

- F DIREITOS DA PERSONALIDADE: DA TEORIA À POSITIVIDADE, UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA
Alfredo Emanuel Farias de Oliveira
André Mendes Moreira 15
- F A IDÉIA DE JUSTIÇA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA DE HANS KELSEN
Andityas Soares de Moura 35
- F O BRASIL E A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, PRINCÍPIOS INFORMADORES E EXEMPLOS NO DIREITO COMPARADO
Bárbara da Costa Pinto Oliveira 59
- F A PRISÃO ENQUANTO INSTITUIÇÃO TOTAL: CRÍTICA AO MITO DA RESSOCIALIZAÇÃO CARCERÁRIA
Gustavo Gomes Machado 83
- F DO LAISSEZ-FAIRE REPRESSIVO À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: PADRÕES DE CIDADANIA E PARADIGMAS DE ESTADO CONSTITUCIONAL NO BRASIL
Larissa Guimarães Batista 107

✓	A SANÇÃO PREMIAL NO DIREITO ECONÔMICO <i>Leonor Augusta Giovine Cordovil</i>	145
✓	O USO DA FORÇA NO DIREITO INTERNACIONAL: ANÁLISE DA REAÇÃO AO 11 DE SETEMBRO DE 2001 <i>Lucas Eduardo Freitas do Amaral Spadano</i>	165
✓	A DECADÊNCIA DO DIREITO DE O CONTRIBUINTE PLEITEAR A RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS SUJEITOS AO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO – ANÁLISE CRÍTICA DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL N. 43.502-0/RS E N. 44.952-7/PR <i>Luís Fernando Belém Peres</i>	195
✓	O “RISCO SISTÊMICO” BRASILEIRO SOB O ESCOPO DO NEO-INSTITUCIONALISMO E DA SOCIOLOGIA JURÍDICA <i>Luiz Fernando Fortes Félix</i>	221
✓	INFLUÊNCIAS DE PLATÃO NA IDÉIA DE JUSTIÇA NO IDEALISMO ALEMÃO <i>Paulo César Teixeira Duarte Filho</i>	257
✓	A PESSOA HUMANA COMO CENTRO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ DURADOURA NO SISTEMA INTERNACIONAL <i>Pedro Pimenta Bossi</i>	275
✓	PARADOXOS DO BINÔMIO VINCULAÇÃO / DISCRICIONARIEDADE E CONTROLE JURISDICIONAL DO ATO ADMINISTRATIVO <i>Renata Camilo de Oliveira</i>	303
✓	A EVOLUÇÃO ÉTICA DO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO <i>Renata Cristina Araújo Magalhães</i>	341

✓	OS LIMITES LEGAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO ECONÔMICO <i>Renato Couto Gomes</i>	361
✓	DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA <i>Rhenan Mazzoco Araújo</i>	381
✓	A PERSPECTIVA DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA NO ÂMBITO DA OMC <i>Ricardo Gardini de Andrade</i>	399